

DIRETRIZES E PROPOSTAS PRIORITÁRIAS PARA A 17ª CNS

EIXO 1 - O BRASIL QUE TEMOS. O BRASIL QUE QUEREMOS.

DIRETRIZ: Construção de um país democrático, que trilhe o desenvolvimento com soberania, meio ambiente ecologicamente equilibrado, em uma perspectiva intergeracional, combatendo as desigualdades e garantindo direitos sociais, com respeito à diversidade, pluralidade e equidade de todos os povos formadores da população brasileira.

1026 - Implantar a Política Nacional de Cuidados Paliativos, com garantia de financiamento, integrada à Rede de Atenção à Saúde e como componente de cuidado na Atenção Básica através da Estratégia de Saúde da Família.

1001 - Revogar todos os atos normativos, sejam eles constitucionais, legais ou infralegais que atentem contra a liberdade, respeito e dignidade da pessoa humana e contra os direitos sociais. Atos como o Orçamento Secreto, EC 86, EC 95, contrarreforma trabalhista, previdenciária, bem como as portarias que alteraram a PNAB, a Reforma Psiquiátrica (e seu financiamento), a liberação dos agrotóxicos, o desmatamento e mineração desenfreadas, dentre outras, usando todos os instrumentos previstos na legislação pertinente, inclusive o referendo revogatório às emendas constitucionais, bem como normas legais e infralegais que enfraquecem os princípios do SUS e a efetiva atenção à saúde pública da população.

1027 - Implementar e ampliar a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PICS), nas unidades de saúde, como forma de prevenção e tratamento de doenças, com garantia de financiamento, assegurando o respeito às escolhas das pessoas e às práticas e saberes em saúde dos povos e comunidades tradicionais, e o uso racional de plantas medicinais e de medicamentos fitoterápicos, na Rede de Atenção à Saúde, na perspectiva de promover mudanças no modelo de atenção à saúde. Ainda, implantar Centros de Práticas Integrativas e Complementares no SUS.

1012 - Integrar e aperfeiçoar os sistemas de informação do SUS, unificando em uma única base de dados, garantindo suporte técnico e manutenção adequada que agregue as diversas informações existentes, tais como cartão SUS, prontuário eletrônico, dados de emprego/ocupação, dados previdenciários, entres outros, consolidando um Sistema de Informatização Nacional, para melhor articulação da rede de saúde.

1014 - Qualificar os serviços de saúde para o atendimento à população LGBTQIAP+, com garantia de acesso às medicações, hormonoterapia e procedimentos cirúrgicos, bem como suporte à Saúde Mental.

EIXO 2 - O PAPEL DO CONTROLE SOCIAL E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PARA SALVAR VIDAS

DIRETRIZ: Reconstrução nacional com democracia, participação popular, transparência em todos os atos de governos, com a garantia e o fortalecimento do Controle Social como instâncias fiscalizadoras e deliberativas do Sistema Único de Saúde.

2001 - Fortalecer as instâncias de Controle Social no SUS, através da garantia das condições de pleno funcionamento dos Conselhos de Saúde, como órgãos colegiados permanentes, deliberativos e fiscalizadores. Garantir servidores em quantidade suficiente, nas áreas técnicas e administrativas, assim como a estrutura física e tecnológica para seu bom funcionamento, nos três níveis da administração pública, garantindo recursos financeiros necessários que possibilitem autonomia e sua gestão.

2016 – Fomentar o financiamento e a execução da Política de Educação Permanente em Saúde, de acordo com os princípios do SUS e da política de humanização, alinhada às necessidades loco regionais e às especificidades das Redes de Atenção à Saúde dos territórios.

2017 – Desenvolver processos de formação e articulação com as comunidades, pautadas na educação popular em saúde, como estratégia de mobilização de usuários e inclusão de saberes e práticas locais nas ações de saúde, no diálogo entre serviços, movimentos sociais e populares e universidades.

2002 – Garantir a participação popular nos processos decisórios que envolvem a gestão do SUS. Os conselhos e as conferências, nas três esferas de governo, são condições fundamentais para que se mantenham legítimos os espaços democráticos que constituem o SUS. Especial atenção para o fortalecimento da LF 8.142/1990, que determina o papel do controle social, seu caráter fiscalizador, formulador e deliberativo das políticas públicas.

2003 – Construir ações de educação com foco na promoção da saúde e da democracia, desenvolvendo estratégias de diálogo e comunicação entre conselhos de saúde e a sociedade, a fim de divulgar o papel do Conselho, seu funcionamento e estimular a participação da sociedade. Garantir maior corresponsabilização das equipes de saúde que atuam na porta de entrada da rede, para que incentivem a participação na construção do SUS, a partir do exercício de cidadania, e não trate o usuário apenas como “clientela”.

EIXO 3 - GARANTIR DIREITOS E DEFENDER O SUS, A VIDA E A DEMOCRACIA

DIRETRIZ: Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) para garantir o direito à saúde do povo brasileiro, reafirmando seus princípios e diretrizes: Universalidade, Equidade, Integralidade, Descentralização, Regionalização e Controle Social.

3001- Fortalecer a Atenção Básica, ampliando a corresponsabilidade do Estado e da União no seu financiamento, para que obtenha a resolutividade necessária, garantindo a promoção da saúde e a prevenção de doenças, bem como seja a porta de entrada e coordenadora do cuidado no Sistema Único de Saúde, objetivando garantir seus princípios doutrinários: universalidade, equidade e integralidade.

3004 – Garantir o retorno do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), com financiamento adequado e equipes multiprofissionais em número suficiente, para a realização do apoio matricial das equipes de saúde da Atenção Básica, articulando com a rede.

3048 – Garantir Plano de Carreira Nacional do SUS nas três esferas de governo, com isonomia de vencimentos, regime estatutário, ascensão funcional, critérios objetivos para ocupação de cargos de chefia; 30h semanais; dedicação exclusiva; reposição anual, reajuste com negociação coletiva; fixação de profissionais no interior do país em áreas de difícil acesso e provimento; política de formação profissional; incentivo salarial e de carreira; regulamentação da aposentadoria especial decorrente de atividades de insalubridade e periculosidade.

3020 – Garantir a implementação da reforma psiquiátrica, através da ampliação e fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial: CAPS I, CAPS II, CAPS III, CAPS AD, CAPSi, oficinas de trabalho e renda, oficinas terapêuticas, serviço residencial terapêutico, leitos de saúde mental em hospitais gerais, ambulatórios em saúde mental, consultórios na rua, unidades de acolhimento, e equipe de redução de danos na abordagem de rua (dia e noite).

3005 – Eliminar a terceirização, a privatização e a precarização das relações de trabalho na Atenção Básica, pois estes contratos oferecem risco à manutenção do cuidado à população devido a precariedade dos vínculos empregatícios dos profissionais de saúde e da sobreposição dos interesses privados das instituições, reafirmando a necessidade de servidores estatutários e com plano de carreira.

EIXO 4 – AMANHÃ SERÁ OUTRO DIA PARA TODAS AS PESSOAS.

DIRETRIZ: Mobilização e articulação de movimentos da sociedade civil para uma construção nacional que reestabeleça pactos sociais e federativos rompidos, que implemente políticas públicas que atendam as necessidades do povo brasileiro considerando as diferenças e especificidades para ampliar a qualidade de vida de todas, todos e todes.

4027 – Exigir a revisão dos valores da Tabela de Procedimentos Ambulatoriais e Hospitalares do SUS (Tabela SUS), para reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da relação contratual com o Poder Público de complementação aos serviços de saúde prestados pela rede pública ou conveniada/contratualizada.

4004 – Fortalecer a agricultura familiar e orgânica, incentivando estudos tecnológicos e científicos que considerem menores danos ambientais e sanitários, incentivando pesquisas acerca dos danos provenientes do uso dos agrotóxicos e alimentos transgênicos, criando políticas públicas que desestimulem o uso de agrotóxicos, da contaminação da água, do solo e do ar, a partir de capacitações e campanhas.

4001 – Reconstruir a política ambiental, observando a proibição do uso de agrotóxicos, o desmatamento, o garimpo ilegal, além de garantir o fim do autolicensingamento e da autorregulação de produtos/processos/fontes poluidoras e dos projetos de mineração, que são danosos à saúde e ao meio ambiente, bem como garantir as condições de vida digna dos povos originários, com respeito à sua cultura, pondo fim à atual crise humanitária.

4033 – Implementar o Piso Nacional da Enfermagem e garantir o piso às demais categorias profissionais do campo da saúde.

4021 – Garantir o financiamento robusto ao SUS, o que inclui a revogação de leis limitantes do orçamento público, para assegurar a integralidade, equidade e universalidade da atenção à saúde. Romper com o histórico subfinanciamento do sistema, viabilizando ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde.